

6

ORDEM PÚBLICA



Ordem Pública

Macau é um território seguro, com uma das taxas de criminalidade mais baixa do mundo, onde se pode viver e trabalhar em tranquilidade. Seguindo as políticas definidas e pesando o estado actual da sociedade, as autoridades de segurança têm ajustado, planeado e executado as medidas de prevenção e combate à criminalidade em função da sua evolução, com o fim de garantir a vida, os bens das pessoas e a paz da sociedade.

Serviços de Polícia Unitários

Os Serviços de Polícia Unitários (SPU) são responsáveis pelo comando e a direcção das execuções das missões do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) e da Polícia Judiciária (PJ). Os SPU foram constituídos após o estabelecimento da RAEM e integram o sistema de segurança interna da RAEM, tendo entrado em pleno funcionamento em Outubro de 2001.

Os SPU são um órgão de planeamento e de conselho, constituído pelo Gabinete do Comandante-geral, o Centro de Análise de Informações (CAI), o Departamento de Gestão de Recursos (DGR), o Centro de Planeamento de Operações (CPO), o Núcleo de Informática e de Tecnologias de Informação (NITI) e o Gabinete de Comunicação e Relações Públicas (GCRP).

No ano de 2018, os SPU cumpriram os conceitos definidos pelo Governo e Secretaria para a Segurança, elevando a capacidade de governação da segurança pública. Com a promoção de recurso à alta e nova tecnologia, foi reformada a estrutura de comando e o modelo de funcionamento, além de ter sido aperfeiçoado o dispositivo dos recursos e modernizado o corpo policial. Também, os SPU juntamente com os organismos internacionais, regional, locais e os sectores da comunidade de Macau, empenharam-se em alcançar os objectivos no âmbito das linhas de acção governativa na vertente de reforma policial e, de prevenção e de controlo de segurança estabelecidos no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020). Ao mesmo tempo, em conformidade com as diversas informações e as novas características dos crimes em Macau, avaliaram, de forma global, as formas e tendências criminais, elaboraram estratégias policiais correspondentes, integraram os recursos policiais e coordenaram o Corpo de Polícia de Segurança Pública e a Direcção da Polícia Judiciária na execução.

No aspecto de avaliação de informação, para garantir as actividades de grande envergadura realizadas durante os feriados importantes sem sobressalto, os SPU procederam previamente a análises com as informações recolhidas das diversas vertentes para definir o grau de risco e apresentaram sugestões de acções de segurança aos corpos policiais a fim de tomarem medidas mais eficazes para defender a ordem de e a segurança pública social.

No intuito da concretização das linhas de acção governativa de melhoramento do trabalho policial com a introdução da tecnologia, os SPU, juntamente com os serviços pertinentes dependentes da Secretaria para a Segurança, os serviços da área das obras públicas e a entidade empreiteira, promoveram o projecto de construção do Sistema de Videovigilância em Espaços Públicos (vulgarmente conhecido por "Olhos no Céu"), sendo instaladas 1620 câmaras em quatro fases com a conclusão da obra de cobertura prevista em princípio de 2020.

Na área do planeamento operacional, em 2018, sob a organização dos SPU, foi realizada uma série de operações conjuntas, nomeadamente a Operação Invernal, a Operação Trovoada 18, a Operação de combate à ilegalidade e a Operação de combate às apostas ilegais em jogos do campeonato do mundo de futebol, entre outras. Tais acções conjuntas resultaram em efeitos significativos contra a criminalidade e atingiram o objectivo previsto de purificar o ambiente de ordem social dos três territórios de Gongdong, Hong Kong e Macau.

Em resposta às acções de segurança durante a realização de cerimónias de grande envergadura ou as actividades realizadas pelas associações, os SPU coordenou os SA, o CPSP, a PJ e o CB a activar o Centro de comando de acção conjunta Interdepartamental para que facilitasse os diversos serviços a tratarem atempadamente os incidentes de contingência.

Com vista a reforçar a capacidade das autoridades policiais e outros organismos públicos e particulares para enfrentar e tratar os incidentes de ameaça colectiva, os SPU destacam anualmente os seus quadros para participarem em diversos simulacros, nomeadamente o exercício integrado de protecção civil denominado Peixe de Cristal, o exercício conjunto de evacuação em caso de incêndio no edifício do posto fronteiriço da zona de administração de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o exercício de simulação de incidente súbito denominado por Captura do Lobo e o exercício de combate ao terrorismo Cão espirituoso.

No âmbito da protecção civil, tendo aprendido uma lição com o tufão "Hato" em 2017, o Governo da RAEM apresentou, em 2018, as dez principais medidas para responder à prevenção e redução, que três das quais pertencem à tutela da segurança, nomeadamente a revisão do Regime jurídico de protecção civil, a elaboração de plano geral de contingência de resposta a incidentes imprevistos e a criação de uma plataforma de aplicação do comando de contingência. Portanto, o ano de 2018 foi muito importante para os trabalhos de protecção civil, além dos trabalhos de organização e coordenação, das políticas relacionadas que foram também implantadas e optimizadas, sendo realizada ainda uma consulta pública sobre a legislação da Lei de Bases de Protecção Civil.

Após a ocorrência do desastre do tufão "Hato", tendo em consideração de acordo com as orientações do Chefe do Executivo e recomendações do Grupo da Comissão Nacional para a Redução de Desastres, as autoridades de segurança definiram os Planos de curto, médio e longo prazo de resposta ao tufão e incidentes de segurança. As medidas e acções relacionadas

também foram concluídas ou estão a ser implantadas.

No que diz respeito ao contacto policial e troca de informações, os SPU continuaram a manter estreitamente ligação com os órgãos policiais vizinhos e exteriores no âmbito do intercâmbio de informações, organizaram vários seminários académicos e acções de intercâmbio. Os SPU empenharam-se também na construção duma imagem positiva para o exterior, abriram a sua conta oficial de WeChat e recorreram a vários meios com vista à divulgação de informações policiais actualizadas à população. Os SPU dedicaram-se ainda a estabelecer o intercâmbio com jovens e a realizar uma série de melhoramentos na divulgação das informações da protecção civil.

No intuito de concretizar, de forma permanente, as linhas de acções governativas sobre o Policiamento Activo, o Policiamento Comunitário e o Policiamento de Proximidade, os SPU, junto dos grupos de sensibilização compostos pelos outros serviços policiais, continuaram a visitar, em 2018, vários bairros sociais, serviços públicos, organizações, escolas e associações de moradores, entre outras para realizar as acções conjuntas de sensibilização com o objectivo de aprofundar a consciência do público sobre o cumprimento e conhecimento da lei, a prevenção contra furto domiciliário e burla, e a prevenção de desastres e riscos, especialmente o Plano de evacuação das zonas baixas em situações de Storm Surge, durante a passagem de tufão.

Polícia de Segurança Pública

O Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) tem como principais missões assegurar a ordem pública, exercer a prevenção, investigação e combate da criminalidade, defender o interesse público e garantir a segurança de pessoas e de bens, fiscalizar a imigração ilegal, efectuar o serviço migratório, controlar e fiscalizar a circulação de veículos e peões.

Até final de 2018, o quadro de pessoal do Corpo de Polícia de Segurança Pública era de 6028 lugares, dos quais 5116 preenchidos, existindo 912 vagas. O número de efectivos civis é de 475.

Centro de Operações e Comunicações

O Departamento de Planeamento de Operações do CPSP possui um Centro de Operações e Comunicações, podendo a população através do telefone número 999, linha de emergência, ligar directamente a este centro, o qual fará a classificação e enviará guardas ao local para o tratamento devido. Em 2018, o total de chamadas de emergência (999) recebidas foi de 381.400.

Neste Centro, está instalado o sistema de fiscalização das vias rodoviárias e os responsáveis podem proceder, conforme as imagens transmitidas ao Centro por câmaras de videovigilância instalado nas três pontes Macau-Taipa, atempadamente, conforme a situação real do trânsito nas pontes.

O Sistema de Videovigilância em Espaços Públicos (adiante designado por sistema) entrou efectivamente em uso a partir do dia 15 de Setembro de 2016. Um total de 219 câmaras de videovigilância da primeira fase e 601 da segunda e terceira fases instaladas nas imediações dos diversos postos fronteiriços, nas principais estradas, nos eixos de trânsito e nos pontos negros de segurança, já foram postas em funcionamento. O Centro de Operações e Comunicações pode, através de um patrulhamento visual, supervisionar o fluxo da circulação de pessoas e veículos

pelos postos fronteiriços, contribuindo para a rápida disposição policial, a fim de prevenir e combater as actividades criminais.

Unidade Tática de Intervenção da Polícia

A Unidade Tática de Intervenção da Polícia (UTIP), criada oficialmente em 1979, conta hoje com 670 elementos. Dependem da UTIP seis entidades: a Divisão de Intervenção, o Grupo de Protecção de Altas Entidades, o Grupo de Operações Especiais, o Grupo de Inactivação de Engenhos Explosivos, o Pelotão Cinotécnico, o Grupo de Busca e Revista de Segurança. Compete à UTIP, designadamente assegurar a protecção de instalações; actuar contra delinquentes, nomeadamente os que façam uso de armas de fogo; e actuar em situações de alta violência, envolvendo franco-atiradores e tomada de reféns.

Polícia Judiciária

A Directoria da Polícia Judiciária (PJ) está sob a tutela da Secretaria para a Segurança e tem como missão principal a prevenção e a investigação criminal, e auxiliar na administração da Justiça.

O quadro de pessoal da Polícia Judiciária é de 1355 lugares, dos quais 1258 se encontravam preenchidos em 2018.

A PJ registou, no ano de 2018, um total de 14.108 processos criminais, entre os quais, 5801 inquéritos, 3680 investigações sumárias, 4502 diligências solicitadas e 197 autos de denúncia. Foram concluídos 14.725 processos, 5721 inquéritos, 4438 investigações sumárias, 4369 diligências solicitadas e 197 autos de denúncia.

Os inquéritos e denúncias ao longo do ano incluem: dois casos de homicídio, 61 de fogo posto, 50 de extorsão, 66 de roubo, 1159 de furto, 92 de tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, 31 de consumo de droga, um de tráfico de pessoas, sete de exploração de prostituição, 20 de associação criminosa e dois casos de violência doméstica e dois casos de associação secreta/seitas. A par disso, foram registados 1884 crimes relacionados com o jogo, dos quais, 554 casos de usura para o jogo e 308 casos de privação de liberdade de outrem derivados da usura. Por outro lado, foram instaurados ainda inquéritos sobre 231 casos de crimes de passagem de moeda falsa (incluindo casos de crime de uso e falsificação de cartão de crédito), 519 de burla (entre os quais 128 casos de burla telefónica) e 668 crimes informáticos, bem como outros tipos de crime.

Escola da Polícia Judiciária

A Escola da Polícia Judiciária (EPJ) é um departamento da Polícia Judiciária a quem compete a selecção e formação do pessoal integrado em carreiras de regime especial da PJ, a fiscalização da realização de estágios, e a edição de publicações bem como organização de actividades de promoção.

As acções de formação abrangem as áreas de formação inicial, para acesso, permanente

e linguística, cujos destinatários são inspectores, subinspectores, peritos de criminalística, e adjuntos-técnicos de criminalística. Em 2018, a EPJ organizou 130 cursos de formação de ingresso no quadro, de promoção e de formação em serviço, num total de 3329 horas, para um conjunto de 5942 instruendos.

Sub-Gabinete de Macau do Gabinete Central Nacional Chinês da Interpol

As competências do Sub-Gabinete da Interpol (SMGCNCI) são: executar ou promover, nos termos da lei, a realização das diligências que lhe sejam solicitadas por gabinetes da Interpol do exterior; proceder à difusão de mandados de detenção de infractores em fuga que sejam procurados pelas autoridades de Macau ao Secretariado-Geral da Organização Internacional de Polícia Criminal, em França, e de informações relativas ao crime no exterior; transmitir aos membros da organização os pedidos de detenção provisória que devam ser executados no âmbito de processos de entrega de infractores em fuga; deter ou promover a detenção de indivíduos procurados pelo Secretariado-Geral da Organização Internacional de Polícia Criminal que sejam por factos que justifiquem a entrega; colaborar na transferência para Macau dos suspeitos de crime e de delinquentes que se encontrem em fuga fora de Macau; formular propostas de adopção de medidas de prevenção e repressão da criminalidade; proceder ao intercâmbio de informações relativas a criminosos internacionais e à difusão de documentos de interesse policial; estabelecer relações de cooperação com serviços de segurança do exterior; e, proceder à recepção, selecção, tratamento, difusão e arquivo da documentação respeitante a criminosos internacionais.

Grupo de Negociação para Situações de Crise

O Grupo de Negociação para Situações de Crise tem a finalidade de resolver e atenuar situações de crise, bem como minorar os prejuízos em vidas humanas e patrimoniais. Os membros do grupo são formados por investigadores criminais das diferentes unidades de investigação da Polícia Judiciária e são voluntários, que só podem fazer parte integrante do grupo após selecção rigorosa e formação adequada, devendo ainda participar em manobras e treinos periodicamente realizados e estar prontos a ser chamados a qualquer momento para executar tarefas de negociação para situações de crise, ajudando a resolução de casos de sequestro de refém e de suicídio.

Em 2018, o Grupo de Negociação para Situações de Crise foi chamado para intervir em 17 casos de tentativa de suicídio e de auto-enclausura, tendo sido bem-sucedido na resolução de todos os casos. O Grupo de Negociação para Situações de Crise recebeu ainda 13 pedidos de outros serviços públicos no sentido de colaborar em acções de despejo e desocupação de barracas e terrenos ilegalmente ocupados.

Forças de Segurança de Macau

Das Forças de Segurança de Macau (FSM), fazem parte a Direcção dos Serviços das Forças

de Segurança (DSFSM), o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), o Corpo de Bombeiros (CB) e a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM), constituindo, junto com os Serviços de Polícia Unitários, Serviços de Alfândega, Polícia Judiciária e Estabelecimento Prisional de Macau, o sistema de segurança interna de Macau. No final de 2018, tinham ao seu serviço 6636 efectivos militarizados e 1032 efectivos civis, totalizando 7668 elementos.

Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau

A principal atribuição da DSFSM é prestar apoio técnico, administrativo, de planeamento, coordenação e de procedimentos nas áreas jurídica, de pessoal, logística, administração financeira, comunicações, infra-estruturas, organização e informática, no âmbito das Forças de Segurança de Macau.

Recrutamento

O recrutamento de guardas do CPSP e de bombeiros do CB é da responsabilidade da DSFSM, que coordena todo o processo de recrutamento. O requisito de habilitações escolares para o ingresso nos postos de guarda do CPSP e de bombeiro do CB é fixo no 12.º ano de escolaridade (ensino secundário complementar). Os candidatos têm de se submeter a inspecção sanitária, a provas físicas, a provas de conhecimentos gerais e a provas psicotécnicas, sendo, assim, admitidos os que reúnam os requisitos previstos e sejam aprovados nas modalidades citadas, para a frequência do Curso de Formação de Instruendos (CFI), e sendo, posteriormente, incorporados nas FSM como guardas do CPSP ou bombeiros do CB.

Recrutamento de Instruendos das FSM no ano de 2018

Curso de Formação de Instruendos CFI	N.º de candidatos para apresentação de documentos	N.º de pessoas admitidas para frequência do CFI		
		Sexo masculino	Sexo feminino	Total
26.º	3035	187	68	255 a)
27.º	3274	161	55	216 a)
28.º	3581	-	-	-c)

- a) No dia 6 de Novembro de 2018 tomaram a posse, dos quais sendo de 192 guardas e 63 bombeiros;
- b) Até ao final do ano de 2018, encontravam-se ainda em curso as acções de recrutamento de instruendos. Os formandos admitidos vão começar a frequentar o CFI no dia 25 de Fevereiro de 2019, prevendo-se que terá lugar no dia 19 de Novembro de 2019 a sua tomada de posse como guardas/bombeiros;
- c) Até ao final do ano de 2018, encontravam-se ainda em curso as acções de recrutamento de instruendos. Os formandos admitidos vão começar a frequentar o CFI no dia 21 de Outubro de 2019, prevendo-se que terá lugar em Julho de 2020 a sua tomada de posse como guardas/bombeiros.

Além disso, à DSFSM compete coordenar o recrutamento do pessoal civil das FSM, sendo o pessoal recrutado colocado nos seus diferentes serviços.

Informações e Queixas

No ano de 2018, a DSFSM registou 133 casos, dos quais oito disseram respeito a queixas, 22 foram propostas e sugestões, 97 prenderam-se com consultas de informações, cinco denúncias, um não relacionado com a DSFSM. Entre os oito casos de queixas, quatro envolveram elementos seus, um estava relacionado com trânsito e transportes, dois com equipamentos e instalações, um estava relacionado com regime de acesso.

Instauração de Processos Disciplinares

Devido à exigência muito rigorosa das FSM em relação à disciplina, feita a todos os militarizados, de acordo com os dados fornecidos pelas FSM, em 2018, foram realizadas as averiguações respeitantes aos 285 processos disciplinares, tendo sido alvos de investigação 357 indivíduos. Estes processos incluíram 332 elementos do CPSP, 20 elementos do CB, três elementos da DSFSM e dois elementos da ESFSM. A maior parte dos processos disciplinares foi instaurada devido a infracções ligeiras. Como consequência dos processos instaurados, 21 elementos do CPSP e um elemento do CB foram punidos devido a infracções penais.

Corpo de Bombeiros

O Corpo de Bombeiros tem como principal missão a prestação de socorro em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de uma maneira geral, em todos os sinistros que ponham em risco a vida e a integridade física das pessoas, bem como os seus haveres; exercer a prevenção contra incêndios; prestar socorro a sinistrados e a doentes, em estado de emergência; e participar na protecção civil e fazer face à ocorrência de contingências.

Com um quadro para 1589 funcionários, o CB, até ao final do ano de 2018, contava apenas com 1373 afectos ao quadro, existindo, assim, 216 vagas. Até finais do mesmo ano encontravam-se em funcionamento nove postos operacionais do CB distribuídos por diferentes locais da península de Macau, Taipa e Coloane, nomeadamente o Posto Operacional do Lago Sai Van, o Posto Operacional Central, o da Areia Preta, o da Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau, o da Taipa, o de Coloane, o da ilha de Hengqin e dois postos localizados no Aeroporto Internacional de Macau.

No ano de 2018, o Corpo de Bombeiros tratou de 47.3276 ocorrências.

Viaturas e Equipamentos

O CB conta com um total de 234 veículos contra incêndios, incluindo 22 auto-bombas-tanques, oito auto-bomba-tanques com escada de 18 e 20 metros, dez viaturas de auto-escadas, 11 auto-pronto-socorro, três veículos de equipamentos para salvamentos em grande altura, quatro veículo de colchão de ar, dois viatura de auto-espuma, um veículo de mangueira

de pó químico, 14 motocicletas de combate a incêndios/motocicletas de emergência médica, 44 ambulâncias e 19 motocicletas, entre outros.

Combate ao Fogo

No ano de 2018, o Corpo de Bombeiros combateu um total de 26 episódios de média dimensão, 718 de pequena dimensão e 372 de ocorrências variadas. As causas foram, na maioria dos casos, provocadas por negligência, nomeadamente o esquecimento de fogões ligados, que originaram 238 incêndios, 88 casos de curto-circuito, tendo-se ainda registado 149 casos devido a mal-entendidos, quatro casos de falso alarme intencional, 125 casos de suspeita de fogo deixado, seis casos de suspeita de fogo posto e 506 de outros incêndios. Durante o ano registaram-se um morto e 202 feridos.

Outros Serviços de Emergência e Especiais

Em caso de emergência, doméstica, industrial, de viação, de desmoronamento de prédios, de terras, de inundações, tentativas de suicídio, e serviços especiais no Aeroporto Internacional de Macau, o CB presta serviços de socorro. Durante o ano de 2018, o CB tratou de 6328 casos de socorro de urgência.

Serviços de Ambulância

O Corpo de Bombeiros, com uma equipa de socorro de 1097 elementos de salvamento, assume a responsabilidade pelo serviço de ambulância da RAEM. Em 2018, foram tratados 39.883 casos de pedidos de ambulância, que se traduziram em 53.051 deslocações de viaturas.

Prevenção de Fogo

Segundo o disposto do artigo 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 24/95/M - Regulamento de normas de segurança contra incêndios, toda a concepção da nova construção de edifícios, e instalação de equipamentos contra incêndio é regulamentada por essas normas. No caso dos edifícios antigos, conforme situações pontuais, são sugeridas melhorias, tendo em vista a prevenção e combate ao fogo.

O Corpo de Bombeiros efectua vistorias, testa e fiscaliza centros comerciais, fábricas, estabelecimentos de comidas e estabelecimentos de divertimentos, submetendo os resultados de teste e vistoria às entidades competentes para acompanhamento e tratamento. Em 2018, foram efectuadas 3879 fiscalizações às plantas dos projectos, 1393 vistorias, 2122 testes aos equipamentos de combate ao fogo, e 6671 inspecções das normas de segurança contra incêndio, tendo sido ainda efectuadas 495 vistorias sobre queixas e impugnações, bem como o reconhecimento de 275 equipamentos de combate ao fogo e de extintores.

Escola Superior das Forças de Segurança de Macau

A Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM), criada em Julho de 1988,

é um departamento de formação no âmbito da Secretaria para a Segurança, equiparada a direcção, sendo também uma das instituições de ensino superior da RAEM.

Os cursos de formação de oficiais ministrados pela Escola Superior das Forças de Segurança têm a duração de quatro anos lectivos seguidos de um estágio de cerca de seis meses. Aos alunos aprovados serão conferidos o grau de Licenciado em Ciências Policiais ou o grau de Licenciado em Engenharia de Protecção e Segurança na Especialidade de Sapadores Bombeiros. Os cursos de formação de instruendos que têm por objectivo proporcionar formação técnico-profissional aos candidatos para guardas ou bombeiros da carreira de base dos militarizados das Forças de Segurança de Macau, assegurando assim as exigências de ética, aptidão física e técnicas básicas. A Escola realiza também cursos de promoção de oficiais e cursos de aperfeiçoamento profissional para os quadros das diversas corporações das Forças de Segurança de Macau.

De 1995 a 2018, o Curso de Formação de Oficiais (Polícias e Bombeiros) formou um total de 327 oficiais. No ano lectivo 2018/2019 havia 46 formandos a frequentarem o Curso de Formação de Oficiais (Polícias e Bombeiros). O Curso de Formação de Instruendos - (Serviço de Segurança Territorial) ministrados entre 1990 a 2002 e o Curso de Formação de Instruendos ministrado entre 2003 a 2018 formaram em total 8127 elementos da corporação. Em 2018, havia 256 formandos que frequentaram concluíram o Curso de Formação de Instruendos. Por outro lado, a ESFSM ministrou, em 2018, vários cursos de curta duração, palestras e seminários. No total foram ministrados 58 cursos a 2569 alunos.

Acidentes de Viação

De acordo com os dados estatísticos do CPSP, no ano de 2018, registaram-se em Macau um total de 13.763 acidentes de viação de que resultaram 4380 feridos e dez mortos.

Serviços de Alfândega

Os Serviços de Alfândega da RAEM (SA), constituídos de acordo com a Lei Básica, são uma entidade pública autónoma da RAEM. Como responsável principal dos Serviços de Alfândega, o director-geral dos Serviços de Alfândega é nomeado pelo Governo Central sob proposta do Chefe do Executivo. O facto do director-geral dos Serviços de Alfândega responder perante o Chefe do Executivo, não prejudica a tutela do secretário para a Segurança, delegada pelo Chefe do Executivo através de regulamento administrativo.

Os Serviços de Alfândega entraram em funcionamento a 1 de Novembro de 2001, e a 6 do mesmo mês foram inauguradas as instalações do novo serviço. Esta última data foi definida como o dia comemorativo da criação dos Serviços de Alfândega.

Os Serviços de Alfândega previnem e combatem o contrabando, a fraude aduaneira e os actos de violação dos direitos da propriedade intelectual, e reforçam também a troca de informações e a cooperação com os serviços de alfândegas das regiões vizinhas, no sentido de reprimirem o contrabando, o transporte ilegal e os crimes transfronteiriços como o tráfico de estupefacientes e psicotrópicos, e ao mesmo tempo, em colaboração com os serviços competentes, nos trabalhos de controlo sanitário, garantiram a higiene e segurança dos

alimentos importados.

Em 2018, os Serviços de Alfândega detiveram 123 casos de imigração ilegal, interceptaram 257 imigrantes ilegais e 64 “aliciadores”. Em paralelo, os Serviços de Alfândega apreenderam um grande lote de mercadorias contrabandeadas e importadas ilegalmente, nas quais se incluem 149,3 quilos de orquídeas, 166.787 quilos de carne e de legumes, 408 litros de bebidas alcoólicas, 1.193.207 unidades de cigarros, 20.104,4 gramas de charutos e 3363 gramas de tabaco em filamentos.

Quanto à protecção de Direito Intelectual e de Propriedade Industrial, foram apreendidos 65 artigos de joalheria, sete telemóveis, 173 artigos de produtos de couro, 1596 garrafas de suplementos nutricionais, 562 pares de sapatos, 428 garrafas de vinho estrangeiro, 4559 unidades de vestuário, 390 artigos desportivos, três relógios, 527 acessórios de telemóvel, 81 itens essenciais, todos de marca de contrafacção.

Além disso, foram apreendidos um total de 158,27 gramas de estupefacientes e substâncias psicotrópicas nos variados postos aduaneiros.

Por outro lado, instauraram-se 4239 autos de notícia, entre os quais 3977 casos de violação da Lei do Comércio Externo, nove casos de violação das normas legislativas da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, oito casos respeitantes ao consumo e tráfico de drogas, 82 casos de imigração ilegal, 42 casos relativos ao Código Penal, 35 casos de violação de Direito Intelectual, três casos de violação de regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal, 37 casos de violação da CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção), e 46 outros casos que foram transferidos de outros Serviços.

Fiscalização Marítima

O Departamento de Inspeccção Marítima dos Serviços de Alfândega de Macau é responsável pelas acções de policiamento na zona costeira. Com a cooperação da Brigada Geral de Defesa Fronteiriça da Segurança Pública e da Brigada Geral da Polícia Marítima ambos da província de Guangdong, os SA têm vindo a reforçar eficazmente o combate às actividades clandestinas e ao contrabando. A Flotilha de Meios Navais dos Serviços de Alfândega de Macau, juntamente com a Pequena Brigada de Defesa Fronteiriça da Cidade de Zhuhai e a 3.ª Brigada da Polícia Marítima, efectuaram em 2018, nas áreas marítimas de Macau e de Zhuhai, 724 acções conjuntas vocacionadas para a manutenção da segurança marítima e da segurança no canal; a fim de reforçar a ordem bem como a segurança nos canais do porto exterior e do porto interior, foram realizadas 12 acções conjuntas de patrulha e fiscalização marítima e 13 acções de busca e salvamento e de simulacro de salvamento e apoio nas zonas mencionadas, juntamente com a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água.

Actualmente, a Flotilha de Meios Navais dos SA tem 14 lanchas de fiscalização e 44 botes rápidos.

Cooperação Internacional

Os Serviços de Alfândega de Macau são membro da Organização Mundial Aduaneira (The

World Customs Organization). Os SA têm-se empenhado e esforçado nas respectivas actividades da Organização Mundial das Alfândegas, as acções principais para combater as actividades ilícitas são como seguintes: desde 1 de Agosto de 2004, têm participado na acção de combate ao contrabando de tabaco promovido pelo Gabinete de Informação da Zona Ásia-Pacífico (RILO AP); desde 2008, têm participado no Drug Seizure Immediate Notification System For International Airport e desde 2015, têm participado no Drug Seizure Immediate Notification System For Sea Cargo, com o objectivo de informar outros membros aduaneiros sobre questões relacionadas com contrabando de drogas em aeroporto internacional e no mar; entre 5 e 23 de Março de 2018 e 1 de Junho e 31 de Julho de 2018, por ocasião do Campeonato do Mundo FIFA 2018 na Rússia, a OMA realizou a acção "Goalkeeper" para combater a violação do direito de propriedade intelectual e actividade comercial ilícita; entre 21 de Maio e 24 de Junho de 2018, participaram na acção de combate ao tráfico de produtos de tabaco ilegais, organizada pelo Gabinete de Ligação Regional de Inteligência para a Ásia/Pacífico; entre 4 e 29 de Junho de 2018, participaram na acção de combate ao tráfico ilegal de resíduos organizado pela OMA.

Tratamento de Pedidos de Informação e de Reclamações

O Gabinete de Auditoria Interna, unidade dependente do director-geral dos Serviços de Alfândega, assume especial responsabilidade para tratar as denúncias, reclamações e pedidos de informação. Em 2018 recebeu 370 denúncias, que envolveram diversas áreas, como por exemplo: violação da propriedade intelectual, do regime de comércio externo e de normas de segurança marítima, de emigração ilegal, de mão-de-obra ilegal, e de actividades relativas ao consumo e ao tráfico de droga, entre outras. O serviço foi alvo de 99 reclamações, nomeadamente relativas à moral e conduta do pessoal dos Serviços de Alfândega, às formalidades de procedimentos, aos equipamentos e instalações, ao meio ambiente e ruído, entre outras, além de um total de 2289 consultas para informações.

Gabinete de Informação Financeira

O Gabinete de Informação Financeira (GIF) foi estabelecido, através do Despacho do Chefe do Executivo n.º 227/2006 de 29 de Julho de 2006, na tutela directa do Secretário para a Economia e Finanças, responsabilizando-se por recolha e análise de informações respeitantes ao crime de branqueamento de capitais e ao crime de financiamento ao terrorismo, bem como fornecê-las às entidades competentes.

De acordo com a segunda fase da reestruturação do Governo da RAEM e com as recomendações feitas à RAEM constantes do Relatório de Avaliação Mútua de Macao adoptado pelo Asia/Pacific Group on Money Laundering (APG) o Governo de Macau tomou a decisão de alterar a tutela sobre o GIF passando o Secretário para a Segurança a ser a nova entidade tutelar deste Gabinete por forma a reforçar a eficácia do GIF bem como a eficácia global das políticas de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. As competências e estrutura do GIF permaneceram inalteradas. A alteração entrou em vigor a 16 de Outubro de 2018.

Desde Novembro de 2006, o GIF começou a receber relatórios sobre transacções suspeitas.

No ano de 2018, o gabinete recebeu mais de 3700 relatórios, participados principalmente pelos sectores de finanças, jogo, e comércio a retalho.

A RAEM é membro do Grupo Ásia-Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG). Todos os membros estão sujeitos à avaliação conjunta do APG com vista a garantir a implementação efectiva das Recomendações emanadas do GAFI no âmbito do combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (AML/CFT). Por forma a responder às recomendações constantes do Relatório de Avaliação Mútua de Macau (MER) procedeu-se à revisão das instruções contra o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo das diferentes entidades supervisoras por forma a cumprir com os requisitos dos padrões internacionais. Entretanto o primeiro relatório de acompanhamento do progresso efectuado deve ser apresentado ao APG até finais de Janeiro de 2019.

A nível local, o Gabinete de Informação Financeira é responsável pela coordenação do grupo interdepartamental de combate ao branqueamento de capitais, o qual inclui como membros autoridades judiciais, órgãos de polícia criminal e forças de segurança, entidades supervisoras e outros departamentos da administração, os quais trabalham em conjunto no sentido de recolher informação relacionada com o combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e na preparação de estudos conducentes à implementação das medidas tidas como adequadas neste domínio incluindo a definição de orientações destinadas aos sectores que estão sob fiscalização, elaborar estatísticas e efectuar análises sobre os dados recebidos relativos aos negócios suspeitos.

Na área de cooperação internacional, o Gabinete de Informação Financeira acedeu ao Grupo de Egmont em Maio de 2009 e, usando esta plataforma, procurou estabelecer laços de cooperação com outros países e regiões. O GIF já assinou um memorando de cooperação com instituições de informação financeira de 24 jurisdições: Interior da China, Portugal, Hong Kong, Coreia do Sul, Indonésia, Filipinas, Malásia, Japão, Tailândia, Singapura, Fiji, Austrália, os Estados Unidos da América, Federação Russa, o Reino Unido, Bangladesh, Canadá, Israel, Camboja, Mónaco, Líbano, Timor-Leste, Estónia e República do Quirguizistão.

Plano de Protecção Civil

A finalidade da Protecção Civil é a de prevenir riscos colectivos inerentes à ocorrência de acidentes graves, catástrofes ou calamidades, atenuar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo. Para a prossecução de tal objectivo a Administração Pública, as entidades particulares e os residentes unem os seus esforços para um objectivo comum.

O Comando da Acção Conjunta, com os recursos humanos e materiais atribuídos, quando da ocorrência de acidente grave, catástrofe ou calamidade, propõe, coordena e supervisiona o conjunto de medidas passivas e activas de carácter excepcional destinadas a prevenir, atenuar riscos e limitar os seus efeitos, ao mesmo tempo que garante as providências necessárias à preparação e manutenção dos serviços vitais e preservação da normalidade das condições de vida da população, em consequência do desencadeamento de factores anormais e adversos, nomeadamente os decorrentes de tempestades tropicais ou outras ocorrências com especial relevância para as primeiras.

Ao executar as suas acções, a Protecção Civil tem que avaliar o grau da catástrofe ou da calamidade, assim como a extensão das suas consequências. Nesse sentido, de forma a uma maior operacionalidade, Macau poderá ser dividido em duas áreas - península de Macau e ilhas da Taipa e de Coloane - criando numa delas um Centro de Operações para a implementação e coordenação das medidas ou acções a desenvolver, sob a coordenação do comandante do Comando Conjunto.

Compete aos Serviços de Polícia Unitários planear, coordenar e fiscalizar o sistema de protecção civil. As forças de segurança, outras entidades e serviços públicos do Governo da RAEM e entidades particulares, que integram o Grupo de Operações de Protecção Civil, são as seguintes: Centro de Operações de Protecção Civil, Centro de Operações das Ilhas, Serviços de Polícia Unitários Corpo de Bombeiros, Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau, Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, Polícia Judiciária, Serviços de Alfândega, Autoridade de Aviação Civil, Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, Centro Hospitalar Conde de S. Januário, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, Direcção dos Serviços de Turismo, Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, Gabinete de Comunicação Social, Instituto de Acção Social, Instituto de Habitação, Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, Direcção dos Serviços de Saúde e Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético, Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações, assim como a Companhia de Electricidade de Macau, Companhia de Telecomunicações de Macau, Sociedade de Gestão da Ponte Sai Wan, Cruz Vermelha de Macau, Hospital Kiang Wu, Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau e Teledifusão de Macau.

Direcção dos Serviços Correccionais

A Direcção dos Serviços Correccionais é responsável pela organização e gestão do serviço prisional e do serviço de execução das medidas tutelares educativas de jovens internados, bem como o apoio ao funcionamento dos referidos serviços. A Direcção dos Serviços Correccionais compreende dois organismos dependentes, o Estabelecimento Prisional de Macau e o Instituto de Menores.

Estabelecimento Prisional de Coloane

O Estabelecimento Prisional de Coloane (EPC) é um serviço de execução de penas privativas da liberdade e de medidas de prisão preventiva. O Estabelecimento Prisional de Coloane é composto por nove edifícios, seis dos quais se destinam a albergar reclusos, um destes edifícios, localizado ao lado da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau está reservado a reclusos classificados no grupo de alta segurança e submetidos a isolamento especial.

Esta unidade dispõe de uma zona prisional masculina e de uma zona prisional feminina, na qual existem duas subzonas, sendo uma para presos preventivos e outra para condenados.

Dispõe ainda de zonas prisionais especiais, geograficamente situadas em locais distintos daquele onde se situam as zonas acima referidas, destinadas ao alojamento de reclusos

classificados no grupo de alta segurança, dos que se encontrem em regime de incomunicabilidade absoluta ou restrita e ainda daqueles aos quais tenha sido aplicada a medida especial de isolamento.

Excepcionalmente, o EPC obteve autorização do membro do Governo da RAEM competente, para poder executar sanções de isolamento.

População de Reclusos

Até 31 de Dezembro de 2018, o EPM possuía uma capacidade máxima de albergar 1630 reclusos, e o número total de reclusos era de 1458. Destes, 269 estavam em prisão preventiva e os outros 1189 eram condenados, sendo 1248 do sexo masculino e 210 do sexo feminino.

Plano de Reinserção Social

Para que os reclusos, depois de cumprida a pena, possam ser reinseridos na sociedade, o Estabelecimento Prisional de Coloane oferece um completo plano de reinserção social facilitando, nomeadamente o ensino escolar e de formação técnico-profissional. Os reclusos podem, conforme a própria condição, vontade e necessidade, apresentar os seus pedidos junto dos respectivos departamentos do EPM.

Instituto de Menores

O Instituto de Menores (IM) tem por principal função albergar os menores que tenham violado a lei, depois de julgados em tribunal.

O IM dispõe de uma zona masculina e de uma zona feminina, com uma equipa de orientadores, em regime rotativo, da qual fazem partes assistentes sociais, psicólogos, orientadores e professores para formação profissional, assim é-lhes proporcionado formação académica e profissional, orientação individual e familiar e implementado o Plano do Serviço Social.

Destinatários do Serviço

O serviço de acolhimento do IM, dum modo geral é aplicável a menores entre os 12 e os 16 anos de idade, podendo ir até aos 21 anos. Até finais do ano de 2018, o IM acolheu dez jovens do sexo masculino e não acolheu nenhum do sexo feminino.



Polícia de Turismo

A Polícia de Turismo do Corpo da Polícia de Segurança Pública foi formalmente criada em Março de 2017. Agentes da Polícia de Turismo estão estacionados nas zonas turísticas de grande afluxo de visitantes da península de Macau e das Ilhas. O seu trabalho consiste em servir prioritariamente os residentes e turistas, proporcionando-lhes serviços profissionais de qualidade, nomeadamente o atendimento a consultas e prestação de assistência aos visitantes, nomeadamente o tratamento de participações, de bens perdidos. Além do conhecimento profissional, a Polícia de Turismo também recebe a formação especializada em idiomas e informações relativas aos pontos turísticos e aos serviços de qualidade na primeira linha para desempenhar funções profissionais. A Polícia de Turismo, realiza ainda actividade de policiamento geral para deter actividades criminosas nos bairros comunitários e enfrentar com alta mobilidade incidentes de contingências ocorridos em multidão de pessoas.



